



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Adm. Pública

para os devidos fins.

Em 23/04/2024

C. Lago

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Simone Pereira

para relatar.

Em 23/04/2024

[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Administração  
Pública



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### **PARECER n°**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06, de 09 de abril de 2024, que:**

Fica autorizada a Defensoria Pública do Estado do Piauí a transferir, anualmente, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para custeio do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais - CONDEGE.

Autoria: Defensoria Pública  
Relator: Dep. Simone Pereira

### **I – RELATÓRIO**

Foi enviado para a relatoria desta Deputada, o Projeto de Lei Complementar de nº 06/2024, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Piauí que autoriza a Defensoria Pública do Estado do Piauí a transferir, anualmente, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para custeio do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais - CONDEGE.

É o relatório, devemos então verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

### **II – VOTO DO RELATOR**

Para tanto, apresento, de acordo com os artigos 155, parágrafo único e 156 do regimento interno desta casa, parecer onde examino o projeto de lei que ora encontra-se sob análise.

A função Legislativa está sendo exercida na análise da proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 97 e art. 142, do Regimento interno.

A Defensoria Pública do Estado do Piauí, enquanto instituição autônoma e permanente, desempenha um papel essencial na função jurisdicional do Estado, incumbindo-se primordialmente da orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, tanto judicial quanto extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos. Tal incumbência encontra respaldo no inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, conferindo-lhe autonomia administrativa, funcional e financeira, conforme previsto no § 2º do art. 134 da Carta Magna.

Ressalta-se ainda que o Projeto de Lei é acompanhado de um Estudo de Impacto Financeiro e Orçamentário, que comprova a compatibilidade da despesa com as Leis Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa da Defensoria Pública, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua **Aprovação**.

### III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ( X )

Pela rejeição (   )

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 24 de abril de 2024.

DEP. SIMONE PEREIRA  
RELATOR

APROVADO À UNANIMIDADE EM, <u>24/04/2024</u> PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: <u>Finanças</u>
--

APROVADO À UNANIMIDADE EM, <u>24/04/2024</u> PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: <u>Defensoria Pública</u>
--